

# CONSELHO REGIONAL DE EDUCAÇÃO FÍSICA – 4ª REGIÃO

CONCURSO PÚBLICO - EDITAL n° 01/2013

## RETIFICAÇÃO N° 01

O Presidente do **CONSELHO REGIONAL DE EDUCAÇÃO FÍSICA – 4ª Região**, no uso de suas atribuições legais, de acordo com autorização expedida em Ata de Reunião da Diretoria realizada em **12 de novembro de 2012** no **Conselho Regional de Educação Física da 4ª Região – CREF4/SP**, bem como Ata de Reunião da Comissão Especial de Concurso Público realizada em **30 de janeiro de 2013**, torna pública a **Retificação n° 01** do Edital n° 01/2013.

### 1. DAS ALTERAÇÕES:

#### 1.1. Alteração da nomenclatura do cargo 102.

**ONDE SE LÊ:** Atendente da Unidade Móvel de Apoio I42.

**LEIA-SE:** Atendente da Unidade Móvel I42.

#### 1.2. Alteração do ANEXO II – CONTEÚDO PROGRAMÁTICO

**LEIA-SE COMO SEGUE E NÃO COMO CONSTOU**

### ANEXO II – CONTEÚDO PROGRAMÁTICO

#### PARA TODOS OS CARGOS DE ENSINO MÉDIO

##### LÍNGUA PORTUGUESA

Interpretação de texto. Significação das palavras: sinônimos, antônimos, sentidos próprio e figurado. Ortografia. Pontuação. Acentuação. Emprego das classes de palavras: substantivo, adjetivo, numeral, pronome, artigo, verbo, advérbio, preposição, conjunção (classificação e sentido que imprime às relações entre as orações). Concordâncias verbal e nominal. Regências verbal e nominal. Crase. Figuras de linguagem. Vícios de linguagem. Equivalência e transformação de estruturas. Flexão de substantivos, adjetivos e pronomes (gênero, número, grau e pessoa). Sintaxe. Morfologia. Estrutura e formação das palavras. Discursos direto, indireto e indireto livre. Processos de coordenação e subordinação. Colocação pronominal.

##### INFORMÁTICA

Noções do ambiente Microsoft Office 2010 e Windows 7. Conceitos básicos relacionados à Internet. Correio eletrônico.

#### **PARA OS CARGOS DE AGENTE ADMINISTRATIVO J29 E ATENDENTE DA UNIDADE MÓVEL I42**

##### RACIOCÍNIO LÓGICO

Estrutura lógica de relações arbitrárias entre pessoas, lugares, objetos ou eventos fictícios. Deduzir novas informações das relações fornecidas e avaliar as condições usadas para estabelecer a estrutura daquelas relações. Compreensão e elaboração da lógica das situações por meio de raciocínio verbal. Raciocínio matemático (que envolva, dentre outros, conjuntos numéricos racionais e reais - operações, propriedades, problemas envolvendo as quatro operações nas formas fracionária e decimal; conjuntos numéricos complexos; números e grandezas proporcionais; razão e proporção; divisão proporcional; regra de três simples e composta; porcentagem). Raciocínio sequencial. Orientações espacial e temporal. Formação de conceitos. Discriminação de elementos. Compreensão do processo lógico que, a partir de um conjunto de hipóteses, conduz, de forma válida, a conclusões determinadas.

##### CONHECIMENTOS GERAIS

Fatos e notícias locais, nacionais e internacionais veiculados nos últimos 6 (seis) meses, a contar da data de realização da prova, em meios de comunicação de massa, como jornais, rádios, Internet e televisão. Elementos de política brasileira. Cultura e sociedade: música, literatura, artes, arquitetura, rádio, cinema, teatro, jornais, revistas e televisão. Descobertas e inovações científicas na atualidade e seus impactos na sociedade contemporânea. Meio ambiente e cidadania: problemas, políticas públicas, aspectos locais e globais.

## NOÇÕES DE DIREITO

Direito Administrativo: O Direito Administrativo e o Regime Jurídico-Administrativo: as funções do Estado. A função política ou de Governo. Princípios constitucionais do Direito Administrativo Brasileiro. Administração Pública Direta e Indireta. Atos Administrativos: conceito, validade, requisitos, elementos, pressupostos, vinculação e discricionariedade, revogação e invalidade. Contratos Administrativos. Bens Públicos. Procedimento e Processo Administrativo. Responsabilidade do Estado. Controles externo e interno da Administração Pública. Improbidade Administrativa. Discricionariedade administrativa e Controle judicial. Responsabilidade do Estado. Responsabilidade subjetiva. Responsabilidade objetiva. Agentes Públicos e Políticos. Serviços Públicos: conceito e natureza, modalidades e formas de prestação. Concessão, permissão e autorização.

Direito Constitucional: Constituição: conceito e classificações. Normas Constitucionais. Princípio Hierárquico das Normas. Princípios Constitucionais. Direitos e Garantias Fundamentais. Da Organização do Estado. Da Organização dos Poderes. Da Tributação e do Orçamento.

Direito Penal: Crimes contra a fé pública. Crimes contra a Administração Pública. Crimes de responsabilidade dos funcionários públicos. Crimes contra o sistema financeiro.

Direito Processual Penal: Inquérito policial. Ação Penal.

## CONHECIMENTOS ESPECÍFICOS

Legislação Estadual: Leis Estaduais nº 10.848, de 06 de julho 2001, e 11.361, de 17 de março de 2003, Decreto Estadual nº. 47.922, de 3 de julho de 2003.

Legislação Federal: Leis Federais nº. 12.514, de 28 de outubro de 2011; 12.346, de 9 de dezembro de 2010; 12.197, de 14 de janeiro de 2010; 11.788, de 25 de setembro de 2008; 11.438, de 29 de dezembro de 2006; 11.342, de 18 de agosto de 2006; 9.965, de 27 de abril de 2000; 9.696, de 1 de setembro de 1998; 9.394, de 20 de dezembro de 1996; 6.839, de 30 de outubro de 1980; 6.206, de 7 de maio de 1975; Resolução Conselho Nacional de Saúde nº. 218, de 06 de março de 1997.

Legislação do Ministério da Educação: Resolução CNE/CES nº. 02, de 18 de junho de 2007; Resolução CNE/CP nº. 02, de 27 de agosto de 2004; Resolução CNE/CES nº. 04, de 06 de abril de 2009; Resolução CFE nº. 03, de 16 de junho de 1987; Resolução SE 1, de 06 de janeiro de 2004; Resolução nº. 7, de 31 de março de 2004; Resolução CNE/CP 1, de 18 de fevereiro de 2002; Resolução CNE/CP 2, de 19 de fevereiro de 2002; Nota Técnica nº. 003/2010 - CGOC/DESUP/SESu/MEC.

Legislação do Sistema CONFEF/CREFs: CONFEF - Resoluções CONFEF nº. 21/2000, 45/2002, 46/2002, 56/2003 (Código de Ética dos Profissionais de Educação Física), 112/2005, 134/2007, 137/2007, 154/2008, 161/2008, 163/2008, 182/2009, 206/2010 (Estatuto do CONFEF), 210/2011, 217/2011, 218/2011, 232/2012, 235/2012. CREF4/SP - Resoluções CREF4/SP nº. 28/2005, 41/2007, 42/2007, 44/2008, 45/2008, 48/2008, 59/2011, 60/2011 (Estatuto do CREF4/SP), 63/2011, 64/2012, 67/2012, 68/2012. Manual de Redação da Presidência da República (Aprovado pela Portaria nº. 91, de 04 de dezembro de 2002 - Casa Civil/PR). Noções de Administração: Planejamento Estratégico: conceitos; Gestão de Projetos: conceitos; Gestão de Processos: definições, componentes, características, benefícios; Gestão da qualidade: conceitos, objetivos; Conceitos de eficiência, eficácia e efetividade. Noções de Administração de Recursos Humanos: conceitos, estratégias de RH; Gestão de desempenho: conceitos; Cultura Organizacional: conceitos e elementos; Clima organizacional; Motivação; Liderança; Gestão de conflitos. Noções de Administração de Material e Patrimônio.

## PARA O CARGO DE MOTORISTA L20

### MATEMÁTICA/ RACIOCÍNIO LÓGICO

Matemática: Funções e equações: números naturais, inteiros, racionais, irracionais e reais. Equações de 1º e 2º graus. Funções e equações lineares, quadráticas, exponenciais, logarítmicas e trigonométricas; polinômios e equações. Probabilidade e análise combinatória. Matrizes, determinantes e sistemas lineares. Números e grandezas direta e inversamente proporcionais: razões e proporções, divisão proporcional; regra de três simples e composta. Porcentagem. Juros. Geometria no plano e no espaço. Perímetro. Progressões. Probabilidade: contagem, permutações, arranjos e combinações. Probabilidade e eventos independentes. Sistema de medidas legais. Resolução de situações-problema. Sistema monetário brasileiro. Potência. Raciocínio lógico: estrutura lógica de relações arbitrárias entre pessoas, lugares, objetos ou eventos fictícios. Deduzir novas informações das relações fornecidas e avaliar as condições usadas para estabelecer a estrutura daquelas relações. Compreensão e elaboração da lógica das situações por meio de

raciocínio verbal. Raciocínio matemático (que envolva, dentre outros, conjuntos numéricos racionais e reais - operações, propriedades, problemas envolvendo as quatro operações nas formas fracionária e decimal; conjuntos numéricos complexos; números e grandezas proporcionais; razão e proporção; divisão proporcional; regra de três simples e composta; porcentagem). Raciocínio sequencial. Orientações espacial e temporal. Formação de conceitos. Discriminação de elementos. Compreensão do processo lógico que, a partir de um conjunto de hipóteses, conduz, de forma válida, a conclusões determinadas.

#### CONHECIMENTOS ESPECÍFICOS

Sistema e Legislação Nacional de Trânsito: Código de Trânsito Brasileiro, Lei Federal nº 9.503/97 e Legislação Complementar atualizada até a publicação do presente Edital: Deveres e Proibições. Cidadania e Ética. Meio Ambiente e Trânsito. Composição. Registro e Licenciamento de veículos. Habilitação. Crimes de Trânsito. Infrações e Penalidades. Sinalização de Trânsito, Segurança e Velocidade. Condutores de Veículos. Normas Gerais de Circulação e Conduta: Posicionamento, Preferência, Ultrapassagem, Uso de Luzes, Uso de Buzinas, Parada e Estacionamento, Classificação das Vias, Velocidade. Sinalização: Vertical, Horizontal, Luminosa, Sonora, Gestos, Auxiliar. Veículos: Classificação, Características, Segurança, Identificação, Registro, Licenciamento, Equipamentos. Habilitação: Carteira Nacional de Habilitação, Permissão para Dirigir, Requisitos, Aprendizagem, Exames, Categorias, Expedição. Infrações: Tipificação, Caracterização, Classificação, Pontuação. Penalidades: Advertência por Escrito, Multa, Suspensão do Direito de Dirigir, Apreensão do Veículo, Cassação da Carteira Nacional de Habilitação, Cassação da Permissão para Dirigir, Participação Obrigatória em Curso de Reciclagem. Medidas Administrativas: Classificação, Aplicação. Processo Administrativo: Autuação, Julgamento das Autuações e Penalidades, Recursos. Direção Defensiva: Definição. Elementos da direção defensiva. Condições adversas. Acidentes: tipos e forma de evitá-los. Drogas e Medicamentos. Noções Básicas de Mecânica Automotiva: Comandos principais. Instrumentos do painel. Motor. Pneus. Sistemas: elétrico, de alimentação, de transmissão, de arrefecimento/refrigeração, de lubrificação, de freios, de direção, de suspensão, de escapamento. Primeiros Socorros em Acidentes de Trânsito: Avaliação primária. Manutenção dos sinais vitais. Avaliação secundária. Procedimentos emergenciais. Movimentação e transporte de emergência.

#### PARA TODOS OS CARGOS DE ENSINO SUPERIOR

##### LÍNGUA PORTUGUESA

Interpretação de texto. Significação das palavras: sinônimos, antônimos, sentidos próprio e figurado. Ortografia. Pontuação. Acentuação. Emprego das classes de palavras: substantivo, adjetivo, numeral, pronome, artigo, verbo, advérbio, preposição, conjunção (classificação e sentido que imprime às relações entre as orações). Concordâncias verbal e nominal. Regências verbal e nominal. Crase. Figuras de linguagem. Vícios de linguagem. Equivalência e transformação de estruturas. Flexão de substantivos, adjetivos e pronomes (gênero, número, grau e pessoa). Sintaxe. Morfologia. Estrutura e formação das palavras. Discursos direto, indireto e indireto livre. Processos de coordenação e subordinação. Colocação pronominal.

##### LEGISLAÇÃO ESPECÍFICA

Legislação Estadual: Leis Estaduais nº 10.848, de 06 de julho 2001, e 11.361, de 17 de março de 2003, Decreto Estadual nº. 47.922, de 3 de julho de 2003.

Legislação Federal: Leis Federais nº. 12.514, de 28 de outubro de 2011; 12.346, de 9 de dezembro de 2010; 12.197, de 14 de janeiro de 2010; 11.788, de 25 de setembro de 2008; 11.438, de 29 de dezembro de 2006; 11.342, de 18 de agosto de 2006; 9.965, de 27 de abril de 2000; 9.696, de 1 de setembro de 1998; 9.394, de 20 de dezembro de 1996; 6.839, de 30 de outubro de 1980; 6.206, de 7 de maio de 1975; Resolução Conselho Nacional de Saúde nº. 218, de 06 de março de 1997.

Legislação do Ministério da Educação: Resolução CNE/CES nº. 02, de 18 de junho de 2007; Resolução CNE/CP nº. 02, de 27 de agosto de 2004; Resolução CNE/CES nº. 04, de 06 de abril de 2009; Resolução CFE nº. 03, de 16 de junho de 1987; Resolução SE 1, de 06 de janeiro de 2004; Resolução nº. 7, de 31 de março de 2004; Resolução CNE/CP 1, de 18 de fevereiro de 2002; Resolução CNE/CP 2, de 19 de fevereiro de 2002; Nota Técnica nº. 003/2010 - CGOC/DESUP/SESu/MEC.

Legislação do Sistema CONFEF/CREFs: CONFEF - Resoluções CONFEF nº. 21/2000, 45/2002, 46/2002, 56/2003 (Código de Ética dos Profissionais de Educação Física), 112/2005, 134/2007, 137/2007, 154/2008, 161/2008, 163/2008, 182/2009, 206/2010 (Estatuto do CONFEF), 210/2011, 217/2011, 218/2011, 232/2012, 235/2012. CREF4/SP - Resoluções CREF4/SP nº. 28/2005, 41/2007, 42/2007, 44/2008, 45/2008, 48/2008, 59/2011, 60/2011 (Estatuto do CREF4/SP), 63/2011, 64/2012, 67/2012, 68/2012.

## **CONHECIMENTOS ESPECÍFICOS PARA O CARGO DE PROCURADOR**

**DIREITO ADMINISTRATIVO:** Função Administrativa. Regime Jurídico Administrativo. Princípios do Direito Administrativo. Controle interno e externo da Administração Pública. Administração pública: conceito, estrutura, poderes e deveres do administrador público. Administração Indireta: conceito. Autarquias, associações públicas, empresas públicas, fundações públicas e sociedades de economia mista. Controle da administração indireta. Poderes administrativos. Ato administrativo: conceito, elementos, atributos, espécies. Discricionariedade e vinculação. Abuso e desvio de poder. Ato administrativo punitivo. Ato administrativo: anulação, revisão e revogação. Controle jurisdicional. Processo administrativo: conceito, princípios, pressupostos, objetivos. Lei Federal nº. 9.784/99. Contratos administrativos: conceito, espécies, disposições peculiares. Cláusulas necessárias. Inadimplemento. Rescisão. Anulação. Convênios. Licitação: natureza jurídica, finalidades, espécies. Dispensa e inexigibilidade. Modalidades de Licitação. Procedimentos. Tipos de Licitação. Lei Federais nº. 8.666/93, 10.520/2001, 12.232/2010. Decretos Federais nº. 5.450/2005, 5.504/2005, 6.204/2007. Lei complementar nº. 123/2006. Serviço público: conceito, classificação. Concessão, permissão e autorização. Agentes públicos. Contratos Administrativos. Contratos Administrativos em espécie. Execução, Fiscalização e Extinção dos Contratos Administrativos. Servidores públicos: conceito, categorias, direitos e deveres. Cargo, emprego e função: normas constitucionais, provimento, vacância. Responsabilidades dos agentes públicos: civil, administrativa e criminal. Processo administrativo disciplinar. Regime previdenciário do servidor público. Concurso público. Bens públicos: regime jurídico e classificação. Formas de utilização, concessão, permissão e autorização de uso. Desafetação e alienação. Desapropriação: conceito. Desapropriação por utilidade pública, necessidade pública, interesse social. Indenização. Desapropriação indireta. Limitações administrativas. Função social da propriedade. Responsabilidade Extracontratual do Estado. Responsabilidade pelos atos danosos praticados pelos agentes públicos. Responsabilidade pela omissão ou deficiência de serviço. Excludentes de responsabilidade. Responsabilidade civil pessoal dos agentes públicos. Improbidade administrativa. Lei Federal nº. 8.429/92. Tombamento. Agências Reguladoras. Autarquias especiais. Conselhos de Fiscalização. Fundações. Terceirização do serviço público. Instrução Normativa do Ministério Planejamento Orçamento e Gestão nº. 02/2008.

**DIREITO DO TRABALHO:** Relações de trabalho. Natureza jurídica. Caracterização. Sujeitos da relação de emprego: empregador, empregado, autônomos, avulsos, temporários. Sucessão de empregadores. Contrato de trabalho: definição. Diferenças entre contrato de trabalho e prestação de serviços, empreitada, representação comercial, mandato, parceria. Espécies e efeitos. Alteração. Término. Remuneração. Conceito. Distinção entre remuneração e salário. Repouso. Férias. Sindicatos. Condições de registro e funcionamento. Atividades e prerrogativas. A Fazenda Pública perante a Justiça do Trabalho. O regime jurídico de contratação dos Conselhos de Fiscalização. Terceirização no serviço público.

**DIREITO PENAL:** Crime e imputabilidade penal. Aplicação da Lei Penal. Ação penal. Efeitos da condenação. Crimes em espécie: crimes contra a Administração Pública, crimes contra a fé pública, crimes contra o patrimônio, crimes contra a honra. Decreto-Lei nº. 3.688/41.

**DIREITO CONSTITUCIONAL:** Constituição: conceito e conteúdo. Poder constituinte originário e derivado. Eficácia, aplicação e integração das normas constitucionais. Leis Complementares à Constituição. Controle de constitucionalidade das leis. Não cumprimento de leis inconstitucionais. Controle jurisdicional: sistema difuso e concentrado. Controle de constitucionalidade das leis municipais. Ação Direta de Inconstitucionalidade. Ação Declaratória de Constitucionalidade. Arguição de Descumprimento de Preceito Fundamental. Direitos e garantias individuais. Remédios constitucionais: habeas corpus, mandado de segurança, ação popular, direito de petição, mandado de injunção e habeas data. Separação de poderes, delegação. Direitos Sociais. Direitos Políticos. Da Organização do Estado. Poder Legislativo: composição e atribuições. Processo legislativo. Poder Executivo: composição e atribuições. Poder Judiciário: composição e atribuições. Estado Federal: a União, os Estados, os Municípios, o Distrito Federal e os Territórios. Descentralização e cooperação administrativa na Federação brasileira: territórios federais, regiões de desenvolvimento, regiões metropolitanas. Posição do Município na federação brasileira. Da Administração Pública. Regime jurídico dos servidores públicos civis. Princípios constitucionais do orçamento. Bases e valores da ordem econômica e financeira. Ordem Social. Seguridade social. Advocacia pública. Ação Direta de Inconstitucionalidade nº. 1.717-DF.

**DIREITO TRIBUTARIO:** Definição e conteúdo do direito tributário. Tributos: conceito, natureza jurídica, classificação e espécies de tributos. Fontes do direito tributário. Fontes primárias. Fontes secundárias. Competência tributária e limitações do direito de tributar. Impostos: disposições gerais; imposto sobre o patrimônio; Imposto Sobre Serviços de Qualquer Natureza. Taxas. Contribuição de Melhoria. Anuidades dos Conselhos de Fiscalização. Legislação tributária: alcance da expressão; matéria disciplinada por lei e por

normas complementares. O sistema constitucional brasileiro. Princípios constitucionais tributários, competência tributária, discriminação das receitas tributárias, limitações ao poder de tributar. Obrigação Tributária: fato gerador; sujeito ativo e sujeito passivo, solidariedade; capacidade tributária; responsabilidade tributária. Crédito Tributário: constituição; modalidades de Lançamento; suspensão, extinção e exclusão do crédito tributário. Sigilo Fiscal. Dívida Ativa. Inscrição do crédito tributário. Pressupostos legais. Presunção de certeza e liquidez da dívida inscrita, emendas e substituições de certidões de dívida ativa. Certidões negativas, sigilo fiscal, divulgação de informações, limitações. Imunidades e isenções tributárias. Anistia. Inscrição em dívida ativa. Presunção de liquidez e certeza do crédito tributário. Prescrição (contribuinte, Fazenda e intercorrente). Processo de Execução Fiscal. Lei nº. 6.830/80. Embargos à Execução Fiscal.

DIREITO CIVIL: Lei de Introdução ao Código Civil Brasileiro. Pessoa natural. Conceito, capacidade, domicílio. Nascituro. Direitos da personalidade. Pessoas jurídicas. Espécies. Pessoas jurídicas de direito público e privado. Associações, sociedades civis e empresárias. Fundações públicas e privadas. Cooperativas. Consórcios. Organização Social de Interesse Público. Organização Social. Desconsideração da personalidade jurídica. Responsabilidade dos sócios, diretores e administradores. Fato jurídico. Negócio jurídico, ato jurídico lícito e ato jurídico ilícito. Condições, termo e encargo. Defeitos dos negócios jurídicos. Invalidez dos negócios jurídicos. Forma e prova dos negócios jurídicos. Representação. Prescrição e decadência. Prazos prescricionais e decadenciais contra as Pessoas Jurídicas de Direito Público. Bens. Conceito, classificação, espécies. Bens imateriais. Bens públicos. Obrigações: conceito, classificação, modalidades. Efeitos, extinção e inadimplemento das obrigações. Transmissão das obrigações. Contratos. Disposições gerais. Contratos preliminares. Formação e extinção dos contratos. Distrato. Vícios redibitórios. Evicção. Contratos aleatórios. Cláusula resolutiva. Exceção de contrato não cumprido. Resolução por onerosidade excessiva. Revisão judicial dos contratos. Espécies de contratos: compra e venda, troca, contrato estimatório, doação, locação, locação predial urbana (Lei nº. 8.245/91), empréstimo, prestação de serviço, empreitada, depósito, mandato, comissão, agência e distribuição, corretagem, transporte, seguro, constituição de renda, fiança, transação, compromisso. Atos unilaterais. O Poder Público como parte nas modalidades contratuais do direito privado. Títulos de crédito. Responsabilidade civil. Responsabilidade objetiva e subjetiva. Indenização. Dano material e dano moral. Preferências e privilégios creditórios. Direito de empresa. Empresário. Sociedade: não personificada e personificada. Espécies. Estabelecimento. Recuperação judicial. Falência. Posse. Conceito, teorias. Aquisição, efeitos e perda. Interditos possessórios. Juízo petitório. Propriedade: função social. Aquisição e perda da propriedade móvel e imóvel. Privação da propriedade e justa indenização. Usucapião: modalidades. Registro imobiliário. Condomínio voluntário e necessário. Condomínio Edifício. Direito de construir. Dano infecto. Direitos reais sobre coisas alheias. Direito do promitente comprador. Adjudicação compulsória. Direitos reais de garantia: penhor, hipoteca e anticrese. Direito autoral: conceito, princípios. Direito material e moral do Autor. O Estado como parte nos contratos de direito autoral.

PROCESSO CIVIL: Princípios constitucionais e gerais de processo civil. O processo civil nos sistemas de controle da constitucionalidade. Ação direta de inconstitucionalidade de lei ou ato normativo. Ação declaratória de constitucionalidade. Arguição de Descumprimento de Preceito Fundamental. Declaração incidental de inconstitucionalidade. Intervenção federal e estadual. Sequestro de renda. Jurisdição. Jurisdição contenciosa e voluntária. Competência: conceito, espécies e critérios de determinação da competência. Modificações da competência. Declaração e conflitos de competência. Atos processuais: classificação, forma, tempo, lugar, prazo, comunicação e nulidades. As pessoas jurídicas de direito público no processo civil. Especificidades. Formação, suspensão e extinção do processo. Processo de conhecimento. Procedimentos e suas espécies. Antecipação da tutela de mérito. Tutelas de urgência. Petição inicial. Resposta do réu. Contestação. Reconvenção e exceções. Impugnação ao valor da causa. Revelia e seus efeitos. Litisconsórcio e assistência. Intervenção de terceiros. Julgamento conforme o estado do processo. Provas. Noções gerais, sistema, espécies, produção. Audiência. Sentença e coisa julgada. Ação rescisória. Recursos. Noções gerais, princípios, espécies. Recurso adesivo. Recursos regimentais. Recurso Extraordinário e Repercussão Geral. O processo nos tribunais. Uniformização de jurisprudência. Súmula Vinculante. Liquidação da sentença. Execução. Espécies. Cumprimento de sentença. Impugnação ao cumprimento de sentença. Embargos do devedor. Penhora. Expropriação: adjudicação, alienação por iniciativa particular, hasta pública, usufruto de bem móvel ou imóvel. Exceção de pré-executividade. Execução contra as pessoas jurídicas de direito público. Precatórios. Processo cautelar. Princípios. Poder geral de cautela. Procedimentos cautelares específicos. Ações petitórias e possessórias. Nunciação de obra nova e demolição. Embargos de terceiros. Ação monitoria. Ação declaratória. Ação declaratória incidental. Execução Fiscal. Lei Federal n.º 6.830/1980. Lei Federal n.º 12.016/2009.

JURISPRUDÊNCIA: Súmulas e entendimento jurisprudencial dos Tribunais Superiores e do Tribunal de Contas da União sobre todo o conteúdo programático.

## **CONHECIMENTOS ESPECÍFICOS PARA O CARGO DE ANALISTA DE LICITAÇÃO**

**DIREITO ADMINISTRATIVO:** Função Administrativa. Regime Jurídico Administrativo. Princípios do Direito Administrativo. Controle interno e externo da Administração Pública. Administração pública: conceito, estrutura, poderes e deveres do administrador público. Administração Indireta. Autarquias, associações públicas, empresas públicas, fundações públicas e sociedades de economia mista. Controle da administração indireta. Poderes administrativos. Ato administrativo: conceito, elementos, atributos, espécies. Discricionariedade e vinculação. Abuso e desvio de poder. Ato administrativo punitivo. Ato administrativo: anulação, revisão e revogação. Controle jurisdicional. Processo administrativo: conceito, princípios, pressupostos, objetivos. Lei Federal nº. 9.784/99. Contratos administrativos: conceito, espécies, disposições peculiares. Cláusulas necessárias. Inadimplemento. Rescisão. Anulação. Convênios. Licitação: natureza jurídica, princípios, finalidades, espécies. Dispensa e inexigibilidade. Modalidades de Licitação. Procedimentos. Tipos de Licitação. Leis Federais nº. 8.666/93, 10.520/2001, 12.232/2010. Decretos Federais nº. 5.450/2005, 5.504/2005, 6.204/2007. Lei complementar nº. 123/2006. Parceria público-privada. Serviço público: conceito, classificação. Concessão, permissão e autorização. Agentes públicos. Contratos Administrativos. Contratos Administrativos em espécie. Execução, Fiscalização e Extinção dos Contratos Administrativos. Servidores públicos: conceito, categorias, direitos e deveres. Cargo, emprego e função: normas constitucionais, provimento, vacância. Responsabilidades dos agentes públicos: civil, administrativa e criminal. Processo administrativo disciplinar. Regime previdenciário do servidor público. Concurso público. Bens públicos: regime jurídico e classificação. Formas de utilização, concessão, permissão e autorização de uso. Desafetação e alienação. Desapropriação: conceito. Desapropriação por utilidade pública, necessidade pública, interesse social. Indenização. Desapropriação indireta. Limitações administrativas. Função social da propriedade. Responsabilidade Extracontratual do Estado. Responsabilidade pelos atos danosos praticados pelos agentes públicos. Responsabilidade pela omissão ou deficiência de serviço. Excludentes de responsabilidade. Responsabilidade civil pessoal dos agentes públicos. Improbidade administrativa. Lei Federal nº. 8.429/92. Tombamento. Agências Reguladoras. Autarquias especiais. Conselhos de Fiscalização. Fundações. Terceirização do serviço público. Instrução Normativa do Ministério Planejamento Orçamento e Gestão nº. 02/2008.

**DIREITO PENAL:** Crime e imputabilidade penal. Aplicação da Lei Penal. Ação penal. Efeitos da condenação. Crimes em espécie: crimes contra a Administração Pública, crimes contra a fé pública, crimes contra o patrimônio, crimes contra a honra. Decreto-Lei nº. 3.688/41.

**DIREITO CONSTITUCIONAL:** Constituição: conceito e conteúdo. Poder constituinte originário e derivado. Eficácia, aplicação e integração das normas constitucionais. Leis Complementares à Constituição. Controle de constitucionalidade das leis. Não cumprimento de leis inconstitucionais. Controle jurisdicional: sistema difuso e concentrado. Controle de constitucionalidade das leis municipais. Ação Direta de Inconstitucionalidade. Ação Declaratória de Constitucionalidade. Arguição de Descumprimento de Preceito Fundamental. Direitos e garantias individuais. Remédios constitucionais: habeas corpus, mandado de segurança, ação popular, direito de petição, mandado de injunção e habeas data. Separação de poderes, delegação. Direitos Sociais. Direitos Políticos. Da Organização do Estado. Poder Legislativo: composição e atribuições. Processo legislativo. Poder Executivo: composição e atribuições. Poder Judiciário: composição e atribuições. Estado Federal: a União, os Estados, os Municípios, o Distrito Federal e os Territórios. Descentralização e cooperação administrativa na Federação brasileira: territórios federais, regiões de desenvolvimento, regiões metropolitanas. Posição do Município na federação brasileira. Da Administração Pública. Regime jurídico dos servidores públicos civis. Princípios constitucionais do orçamento. Bases e valores da ordem econômica e financeira. Ordem Social. Seguridade social. Advocacia pública. Ação Direta de Inconstitucionalidade nº. 1.717-DF.

**DIREITO TRIBUTÁRIO:** Definição e conteúdo do direito tributário. Tributos: conceito, natureza jurídica, classificação e espécies de tributos. Fontes do direito tributário. Fontes primárias. Fontes secundárias. Competência tributária e limitações do direito de tributar. Impostos: disposições gerais; imposto sobre o patrimônio; Imposto Sobre Serviços de Qualquer Natureza. Taxas. Contribuição de Melhoria. Anuidades dos Conselhos de Fiscalização. Legislação tributária: alcance da expressão; matéria disciplinada por lei e por normas complementares. O sistema constitucional brasileiro. Princípios constitucionais tributários, competência tributária, discriminação das receitas tributárias, limitações ao poder de tributar. Obrigação Tributária: fato gerador; sujeito ativo e sujeito passivo,

solidariedade; capacidade tributária; responsabilidade tributária. Crédito Tributário: constituição; modalidades de Lançamento; suspensão, extinção e exclusão do crédito tributário. Sigilo Fiscal. Dívida Ativa. Inscrição do crédito tributário. Pressupostos legais. Presunção de certeza e liquidez da dívida inscrita, emendas e substituições de certidões de dívida ativa. Certidões negativas, sigilo fiscal, divulgação de informações, limitações. Imunidades e isenções tributárias. Anistia. Inscrição em dívida ativa. Presunção de liquidez e certeza do crédito tributário. Prescrição (contribuinte, Fazenda e intercorrente). Processo de Execução Fiscal. Lei nº. 6.830/80. Embargos à Execução Fiscal.

DIREITO CIVIL: Lei de Introdução ao Código Civil Brasileiro. Pessoa natural. Conceito, capacidade, domicílio. Nascituro. Direitos da personalidade. Pessoas jurídicas. Espécies. Pessoas jurídicas de direito público e privado. Associações, sociedades civis e empresárias. Fundações públicas e privadas. Cooperativas. Consórcios. Organização Social de Interesse Público. Organização Social. Desconsideração da personalidade jurídica. Responsabilidade dos sócios, diretores e administradores. Fato jurídico. Negócio jurídico, ato jurídico lícito e ato jurídico ilícito. Condições, termo e encargo. Defeitos dos negócios jurídicos. Invalidez dos negócios jurídicos. Forma e prova dos negócios jurídicos. Representação. Prescrição e decadência. Prazos prescricionais e decadenciais contra as Pessoas Jurídicas de Direito Público. Bens. Conceito, classificação, espécies. Bens imateriais. Bens públicos. Obrigações: conceito, classificação, modalidades. Efeitos, extinção e inadimplemento das obrigações. Transmissão das obrigações. Contratos. Disposições gerais. Contratos preliminares. Formação e extinção dos contratos. Distrato. Vícios redibitórios. Evicção. Contratos aleatórios. Cláusula resolutiva. Exceção de contrato não cumprido. Resolução por onerosidade excessiva. Revisão judicial dos contratos. Espécies de contratos: compra e venda, troca, contrato estimatório, doação, locação, locação predial urbana (Lei nº. 8.245/91), empréstimo, prestação de serviço, empreitada, depósito, mandato, comissão, agência e distribuição, corretagem, transporte, seguro, constituição de renda, fiança, transação, compromisso. Atos unilaterais. O Poder Público como parte nas modalidades contratuais do direito privado. Títulos de crédito. Responsabilidade civil. Responsabilidade objetiva e subjetiva. Indenização. Dano material e dano moral. Preferências e privilégios creditórios. Direito de empresa. Empresário. Sociedade: não personificada e personificada. Espécies. Estabelecimento. Recuperação judicial. Falência. Posse. Conceito, teorias. Aquisição, efeitos e perda. Interditos possessórios. Juízo petitório. Propriedade: função social. Aquisição e perda da propriedade móvel e imóvel. Privação da propriedade e justa indenização. Usucapião: modalidades. Registro imobiliário. Condomínio voluntário e necessário. Condomínio Edilício. Direito de construir. Dano infecto. Direitos reais sobre coisas alheias. Direito do promitente comprador. Adjudicação compulsória. Direitos reais de garantia: penhor, hipoteca e anticrese. Direito autoral: conceito, princípios. Direito material e moral do Autor. O Estado como parte nos contratos de direito autoral. JURISPRUDÊNCIA DO TRIBUNAL DE CONTAS DA UNIÃO.

## **2. DAS INCLUSÕES:**

### **2.1. DO CAPÍTULO II - DOS REQUISITOS BÁSICOS EXIGIDOS PARA CONTRATAÇÃO**

#### **Inclui-se:**

**2.1.12.** Não possui parentesco até terceiro grau em relação a qualquer um dos membros integrantes da Comissão Especial do Concurso, nomeados através da Portaria CREF4/SP nº 0606, de 26 de novembro de 2012.

### **2.2. DO CAPÍTULO XIV - DA CONTRATAÇÃO**

#### **Inclui-se:**

Item 14.5.

x) Declaração própria de que não possui parentesco até terceiro grau em relação a qualquer um dos membros integrantes da Comissão Especial de Concurso Público, nomeados através da Portaria CREF4/SP n.º 0606, de 26 de novembro de 2.012 (documento a ser preenchido no momento da apresentação no CREF4/SP).

## **3. DISPOSIÇÕES FINAIS:**

**3.1.** Permanecem inalterados os demais itens do Edital nº 01/2013.

São Paulo, 31 de janeiro de 2013.

**Flavio Delmanto**  
**Presidente do Conselho Regional de Educação Física da 4ª Região**